

A CONTRIBUIÇÃO DA PRODUÇÃO E CERTIFICAÇÃO ORGÂNICA PARA A GESTÃO AMBIENTAL DAS UNIDADES DE PRODUÇÃO FAMILIAR

Danieli Cristina Zucchi¹
Franclin Ferreira Wenceslau²

RESUMO

O grande aumento populacional ocorrido durante o século XX gerou uma enorme demanda por produtos de origem animal e vegetal, culminando em uma explosão da produção agrícola e pecuária a partir da década de 1950, o reflexo negativo disso, é a degradação do solo com o uso intensivo de agrotóxicos e transgênicos, exploração das terras e desmatamento, além da disposição inadequada de resíduos sólidos e líquidos que ultrapassam os limites de resiliência do meio ambiente. A produção de alimentos orgânicos surge como resposta para uma melhor distribuição de alimentos, respeitando as peculiaridades de cada agroecossistema em que as propriedades estão inseridas, reconhecendo o manejo que se fará necessário intervir. A importância e as justificativas para a produção orgânica de alimento trazem consigo benefícios para a saúde dos produtores e consumidores, diminuindo assim a contaminação do meio ambiente, preservando ecossistemas e a manutenção da riqueza genética das sementes e eliminando a dependência por insumos externos. Neste estudo através do levantamento de dados obtidos pelo relatório de estágio curricular obrigatório no Centro de Apoio e Promoção da Agroecologia (CAPA) Erechim/RS, foi analisando o processo de produção e certificação orgânica na agricultura familiar da região norte do Rio Grande do Sul. Foram identificados os agricultores contemplados e seus principais cultivos, e apresentadas as contribuições que a agricultura de base orgânica oferta a Gestão Ambiental, visto que gera benefícios positivos quando observasse a sustentabilidade e o respeito a biodiversidade dos agroecossistemas em que as Unidades de Produção Familiares estão inseridas.

Palavras-chave: Alimentos Orgânicos, Agricultura Familiar, Gestão Ambiental.

1 INTRODUÇÃO

A produção e o consumo de alimentos orgânicos incentivam a conservação dos ecossistemas, a melhoria da qualidade de vida dos produtores rurais, promove a redução ou eliminação da utilização de agrotóxicos, estimula o consumo de alimentos mais

¹ Acadêmica do Curso de Bacharelado em Gestão Ambiental na Universidade Estadual do Rio Grande do Sul - Unidade Erechim. dani_zucchi@outlook.com.

² Docente da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul – Unidade em Erechim. franclinwenceslau@gmail.com.

saudáveis, além de ser determinante na manutenção e preservação de sementes crioulas³. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2014), quanto aos aspectos de utilização intensa de agrotóxicos, os sistemas agrícolas brasileiros ocupam o 1º lugar em nível mundial, com aplicação nos seus sistemas de produção o equivalente a 6,2 litros de agrotóxicos por habitante/ano. Além do destaque como o 2º maior produtor de transgênicos no mundo, com 40,3 milhões de hectares plantados; à frente da Argentina (com 24,4 milhões) e atrás dos Estado Unidos (com 70,2 milhões).

No Brasil, a legislação que disciplinou a produção de orgânicos é a Lei federal 10.831 (BRASIL, 2003), a qual trata de avanços significativos, adotando uma postura de otimização do uso dos recursos naturais e socioeconômicos, com respeito a integridade cultural das comunidades rurais, minimizando a dependência de energias não renováveis e o emprego de métodos culturais biológicos. Somando-se o Decreto nº 6.323, de dezembro de 2007 (BRASIL 2007), que em seu Artigo 29 institui o Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica (SISORG), formado por órgãos e entidades da administração pública federal e pelos organismos de avaliação da conformidade credenciados pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA).

O SISORG subdivide-se em: Sistema Participativo de Garantia (SPG) e Certificação por Auditoria, dispendo sobre a produção orgânica, estabelecendo um grande avanço sob o ponto de vista dos mecanismos de controle necessários para assegurar ao consumidor a qualidade do produto orgânico. Os mecanismos de controle do SISORG de garantia da qualidade orgânica, apontaram o Brasil como país destaque no cenário internacional ao reconhecer a importância do controle social, em vez de ter apenas a certificação por auditoria externa como mecanismo de controle. A legislação brasileira disciplinou a operação dos sistemas participativos de garantia que se fundamentam na auditoria interna, feita pelos próprios agricultores e por outros interessados, como consumidores e comercializadores, que se responsabilizam de forma solidária pela garantia da qualidade orgânica de todos os membros do sistema (CENTRO ECOLÓGICO,2014)

Com características de controle social e responsabilidade social o SPG possibilita para a produção orgânica geração de credibilidade adequada às diferentes realidades

³As sementes crioulas são variedades com características bem determinadas e reconhecidas pelas respectivas unidades de produção familiares (UPF). Servem como garantia para os agricultores familiares, caso uma safra seja prejudicada, estes podem contar com as sementes estocadas para recuperar a produção, além de promover sua independência externa de variedades modificadas geneticamente (MDA, 2016).

sociais, culturais, políticas, organizacionais e econômicas, derivando em uma alternativa para pequenos agricultores familiares, que muitas vezes são prejudicados pelo uso excessivo de agrotóxicos e acabam ameaçando a sustentabilidade da unidade de produção familiar.

A importante trajetória de uma unidade de produção familiar (UPF) na sociedade com a geração de alimentos orgânicos, junto com a busca de alternativas e instrumentos de apoio para gerar autonomia financeira e sustentável da agricultura, faz com que os agricultores (as) mesmo que sem intenção, acabem sistematizando uma eficaz gestão ambiental. A observação e o entendimento do ciclo natural dos alimentos propiciam uma eficiente troca que agrega benefícios à unidade de produção familiar e ao meio ambiente em que está inserida.

Neste contexto, foi instituído o trabalho do Centro de Apoio e Promoção a Agroecologia (CAPA), que desenvolve, com a utilização de práticas participativas, não impondo, mas propondo e compartilhando ideias e conhecimentos, ações baseadas nas capacidades e potencialidades das microrregiões, em especial dos agricultores familiares, no conhecimento acumulado, na organização e na riqueza natural. Estas potencialidades aliadas as políticas públicas de apoio, têm conseguido impactos positivos e desenvolvimento local relevantes, tornando-se modelo para ações de igual natureza em diferentes regiões do Brasil.

Priorizando como resultado a construção de sujeitos sociais, nas suas dimensões econômica, social, política e cultural, a partir da cooperação, da agroindustrialização e da comercialização, os princípios considerados pelo CAPA são: o protagonismo, associativismo, solidariedade, sustentabilidade, respeito ao meio ambiente, entre outros. Com o propósito de analisar o processo de produção e certificação orgânica na agricultura familiar, identificando o número de agricultores atingidos e seus principais cultivos, este trabalho terá como base o relatório de estágio curricular obrigatório, realizado entre abril e julho de 2017 no Núcleo Alto Uruguai do CAPA, situado na cidade de Erechim/RS. Apresentando as contribuições que agricultura familiar oferece para sustentabilidade das UPFs e à Gestão Ambiental.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 O CENTRO DE APOIO E PROMOÇÃO DA AGROECOLOGIA (CAPA)

O CAPA foi fundado em 1978 e é uma organização da sociedade civil, vinculada à Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB), na busca por justiça social quando pequenos agricultores estavam sendo expulsos de suas terras devido à revolução verde que como novo modelo econômico centralizava renda e terra para poucos, promovendo junto à sociedade em geral, ações efetivas e questionando situações de injustiça, opressão e exclusão.

Suas atividades tiveram início no dia 15 de junho de 1979, na cidade de Santa Rosa/RS. Em 1988 o escritório foi transferido para Erechim e, em 1989, abriu uma extensão em Três de Maio, também no Rio Grande do Sul. Com atuação no norte e noroeste do RS e centro oeste de Santa Catarina/SC, além de unidade física em Erechim, o CAPA Erechim possui escritório em Saltinho SC. Inserido em 79 municípios dos estados do RS, SC e PR, organiza-se em 5 núcleos localizados nas cidades de Santa Cruz do Sul, Pelotas, Erechim, Marechal Candido Rondon e Verê.

A temática de trabalho do CAPA não é única nem padronizada, mas flexível e compatível com os contextos regionais. Inserção de temáticas transversais nas dimensões social, política, econômica, cultural e de justiça de gênero e ambiental. O resgate, a preservação e o melhoramento de sementes crioulas; a adubação verde; a meliponicultura; a certificação participativa, a alimentação saudável; os quintais orgânicos; a citricultura; as hortas; a compostagem e o desenvolvimento sustentável, são temas que têm destaque no trabalho do núcleo.

Além do empenho no fortalecimento de agroindústrias e cooperativas de agricultores (as) familiares, visando a melhoria das condições de vida, proporcionando a possibilidade de permanência no campo, junto com a autonomia de produção e autosustentabilidade da propriedade, com a valorização do mundo rural, sua cultura e qualidade de vida, com conceitos amplos e integrados de um sistema de produção que se baseia em desenvolvimento sustentável, onde não se prioriza o ideal da maximização do lucro.

2.2 CERTIFICAÇÃO PARTICIPATIVA/REDE ECOVIDA DE AGROECOLOGIA

Para buscarem certificação orgânica participativa, os agricultores familiares organizam-se em grupos e devem ser assistidos tecnicamente por uma entidade

devidamente credenciada junto ao Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA). O grupo de agricultores receberá formulários que devem ser preenchidos com informações das unidades de produção familiares (UPFs), como os planos de transição e manejo (ECOVIDA, 2001).

Feito esse processo, os documentos devem ser encaminhados junto ao Conselho de Ética⁴ que assiste o grupo, e realiza, por meio de sorteio, inspeção em algumas propriedades a fim de observar as afirmações documentadas. Após a visita de verificação, os membros do conselho reúnem-se e enviam os dados para o MAPA, onde é feito o cadastro individual dos agricultores, que recebem a certificação orgânica válida por um ano (ECOVIDA, 2001).

O processo de certificação Orgânica trabalhado pelo CAPA/Erechim, é anterior a Aprovação pelo Ministério de Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA), pois foi em dezembro de 2010, que a Associação Rede Ecovida na qual o CAPA está vinculado, foi credenciada como Organismo Participativo de Avaliação de Conformidade (OPAC).

A Rede Ecovida de Agroecologia foi fundada em 1998, a partir da necessidade de congregar forças e dar maior consistência política ao movimento agroecológico da agricultura familiar do Sul do Brasil. A Ecovida é o resultado de um processo histórico de construção de alternativas ao modelo atual de agricultura, caracterizando-se pela articulação de vários segmentos da sociedade com objetivo de organizar, fortalecer e ampliar a agricultura familiar ecológica (ECOVIDA, 2001).

Desde sua fundação, o CAPA participou ativamente do processo de construção da Rede, envolvendo-se na formação e coordenação dos Núcleos Regionais (6 núcleos de um total de 28); da coordenação geral da Rede, na articulação dos Encontros Ampliados, Plenárias de Núcleo, Elaboração de Cadernos de Apoio, na execução e administração de projetos ligados ou desenvolvidos pela Rede Ecovida (CAPA, 2008).

A Ecovida tem por missão ser um espaço de articulação, interação e ações para potencializar o desenvolvimento da agroecologia, como parte da construção de um projeto de sociedade que contemple e respeite a realidade de cada local (ECOVIDA, 2001).

O CAPA, ao longo dos seus 39 anos de atuação, busca desenvolver ações que são baseadas nas capacidades e potencialidades das microrregiões, em especial dos

⁴ O Conselho de Ética é uma junção de agricultores, formado pelo coordenador de cada grupo que faz parte do núcleo. Esses coordenadores mudam a cada dois anos. Isso faz com que todos os agricultores tenham a possibilidade de fazer parte do conselho de Ética.

agricultores familiares, no conhecimento acumulado, na organização e na riqueza natural e no material genético como as sementes crioulas. Essas potencialidades aliadas a propostas efetivas têm conseguido impactos econômicos e desenvolvimento local relevantes, tornando-se modelos para ações de igual natureza em diferentes regiões do Brasil (CAPA, 2008).

2.3 PRODUÇÃO ORGÂNICA E PRODUÇÃO AGROECOLÓGICA

Devido à proximidade e à semelhança, às vezes, confunde-se a produção de alimentos orgânicos com a agroecologia. Existe uma diferença fundamental entre ambas. A agroecologia possui uma visão holística do sistema, ou seja, as relações produtivas entre homem-natureza, visando sempre a sustentabilidade ecológica, econômica, social, cultural, política e ética, baseada na pequena propriedade, mão de obra familiar, em sistemas produtivos complexos e diversos, adaptados às condições locais e em redes regionais de produção e distribuição de alimentos. Já a produção orgânica prioriza o não uso de agroquímicos sintéticos e o banimento de alimentos geneticamente modificados. Além disso, não se limita à produção agrícola, une também, o viés pecuário e o processamento dos produtos. A produção orgânica, portanto, livra os alimentos de serem produzidos nos moldes da agricultura convencional⁵ ou da monocultura, apenas não usa da química como principal meio de combate às pragas, ou seja, é uma troca de insumos num mesmo modelo de produção (GLIESSMAN, 2000).

2.4 GESTÃO AMBIENTAL E AGRICULTURA FAMILIAR

A representatividade da Agricultura familiar no Brasil é altamente significativa. No censo agropecuário de 2006, haviam em torno de 5.000.000 estabelecimentos agropecuários no país. Destes em torno de 4.000.000 eram componentes da agricultura familiar, sendo que 84% das propriedades rurais são em média de 18 hectares (IBGE, 2006). Esse tamanho da propriedade familiar é considerado um ambiente que pode facilitar a difusão de tecnologias utilizadas pela agricultura orgânica, exigindo operações agrícolas em pequena escala e uma utilização correta do uso do espaço e do tempo (IPARDES, 2007).

⁵ Entende-se por agricultura convencional aquela que se utiliza de grandes quantidades de insumos e alta mecanização, com produção baseada na monocultura (GLIESSMAN, 2000).

Um problema crítico da agricultura moderna convencional é a perda da biodiversidade, que atinge formas extremas na monocultura, pois depende de poucas variedades como culturas principais. Ligado à expansão das monoculturas, manifesta-se assim a instabilidade do agrossistema, com problemas no aumento de pragas, que se dá às custas da vegetação natural, conseqüentemente diminuindo a diversidade dos habitats locais. A conservação dos recursos naturais, a qualidade ambiental, a saúde pública e o desenvolvimento socioeconômico, são considerados quando ocorrem, nos sistemas de pequena unidade de produção familiar, a rotação de culturas, a adubação orgânica e o controle biológico das pragas (ALTIERI, 2002).

A principal estratégia deve consistir em restaurar a diversidade agrícola, isso decorre do fato de que a biodiversidade desempenha diversos serviços ecológicos essenciais. Para o professor Miguel Altieri, os componentes básicos de um agroecossistema⁶ sustentável são: Cobertura vegetal para a conservação do solo e da água; Suprimento regular de matéria orgânica e promoção da atividade biológica do solo; Práticas de reciclagem de nutrientes como rotação de culturas, sistemas agroflorestais, consórcio com leguminosas, integração de plantio e produção animal; Controle de pragas, por meio de controle biológico e manejo da biodiversidade; Uso múltiplo da paisagem; Manutenção da produção agrícola sem a utilização de insumos químicos que causem degradação. A busca por modelos de agricultura sustentável precisa congrega elementos da agricultura tradicional com o moderno conhecimento científico (ALTIERI, 2002).

O objetivo da agricultura orgânica é trabalhar com sistemas agrícolas complexos onde as interações ecológicas e sinergismos entre os componentes biológicos criem, eles próprios, a fertilidade do solo, a produtividade e a proteção das culturas. A produção sustentável em um agroecossistema deriva do equilíbrio entre plantas, solos, nutrientes, luz solar, umidade e outros organismos coexistentes. Além da luta contra as pragas, doenças ou problemas do solo, procura-se restaurar a resiliência e a força do agroecossistema. Se a causa da doença, das pragas, da degradação do solo, por exemplo, for entendida como desequilíbrio, então o objetivo do tratamento agroecológico é restabelecê-lo (ALTIERI, 2004).

Quanto mais um agroecossistema se parece, em termos de estrutura e função, com o ecossistema da região biogeográfica que se encontra, maior será a probabilidade de que

⁶ Entende-se por Agroecossistema o local onde possibilitasse interações entre o homem e os recursos naturais, condições biológicas, físicas e químicas que permitem a manutenção a longo prazo da produtividade e diversidade do ecossistema local (ALTIERI, 2004)

este agroecossistema seja sustentável. Uma das características mais notáveis dos agricultores familiares é seu alto grau de agrobiodiversidade, expresso na forma de multiculturas e agroflorestas, conferindo alto nível de tolerância às mudanças nas condições ambientais e econômicas (ALTIERI, 2012).

A capacidade de gerar e manter a diversidade dos recursos genéticos concede aos pequenos agricultores um caráter único que não pode ser replicado por grandes propriedades de monoculturas, mesmo que disponham de terras mais amplas e favoráveis. Esse diferencial inerente aos sistemas tradicionais pode ser estrategicamente utilizado para explorar oportunidades ilimitadas que hoje vinculam agrobiodiversidade aos mercados local/nacional/internacional, desde que essas atividades sejam cuidadosamente planejadas e permaneçam sob controle popular (ALTIERI, 2012, pág. 182).

Com base em critérios de sustentabilidade, as consequências a longo prazo tornam-se tão ou mais importantes que o ganho econômico imediato. Os recursos naturais usualmente explorados pela agricultura familiar são tratados como bens finitos. Aos insumos, é atribuído um preço de compra baseado não somente nos custos de sua produção, mas também custos ambientais e sociais, propiciando a interação entre componentes, como mostra a Figura 1.

Figura 1 - A interação dos componentes sociais e ecológicos.



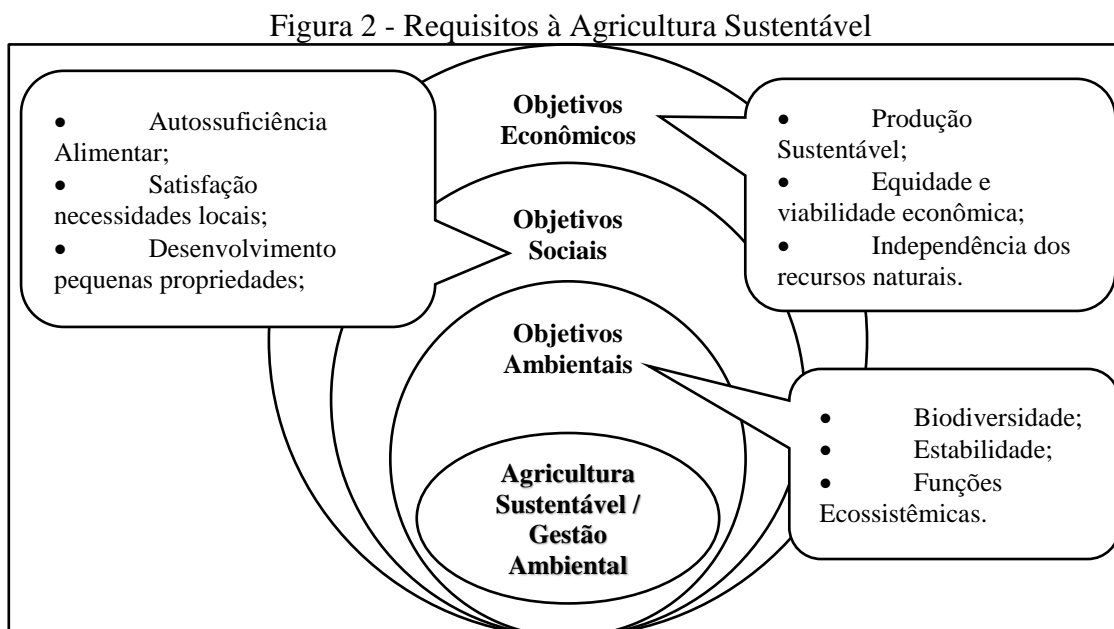
Fonte: Gliessman (2000), adaptado.

Se a agricultura deve continuar como uma atividade econômica de longo prazo, logo terá de se tornar uma economia saudável, dependendo inclusive de um ambiente ecológico sadio (GLIESSMAN, 2000). Dessa forma, para a promoção da sustentabilidade na agricultura, além do desenvolvimento e da difusão das tecnologias agroecológicas, são

necessárias mudanças nas prioridades da pesquisa, na política agrícola e agrária e no sistema econômico, com relações mais justas de mercado (ALTIERI, 2002).

Os sistemas diversificados pelos agricultores apresentam maior produtividade por unidade de área. Isso pode ser explicado por uma combinação de fatores que reduzem a perda por plantas espontâneas, insetos-praga e doenças, utilizando mais eficientemente os recursos naturais disponíveis como a luz do sol, a água e os nutrientes (ALTIERI, 2012).

Seguindo essa abordagem, que enfatiza a participação, o conhecimento tradicional e adaptação às condições locais, a interação agroecológica participativa, com objetivos econômicos, sociais e ambientais, em harmonia com o crescimento econômico, equidade social e preservação ambiental, a Figura 2 correlaciona esses critérios.



Fonte: Altieri (2002), adaptado.

São muitas definições para agricultura sustentável, mas a maior parte delas se dá pelos seguintes elementos: manutenção a longo prazo dos recursos naturais e da produtividade agrícola; minimização dos impactos adversos ao meio ambiente; retorno econômico adequado aos agricultores e agricultoras; otimização da produção com mínimo de insumos externos, tudo isso contempla a satisfação das necessidades humanas de alimento e renda junto com o atendimento das necessidades sociais das famílias rurais e a manutenção do meio ambiente (ALTIERI, 2002).

A economia de mercado ao tratar os serviços do capital ecológico, está incentivando sua exploração indiscriminada. Os princípios da economia clássica supõem

disponibilidade ilimitada de recursos naturais em um contexto de que só os bens escassos têm valor. Isto indica a limitação do mercado e do Estado, como mecanismo regulador do manejo dos recursos naturais, não figurando alternativas eficazes na proteção do meio ambiente (SOTO, 2002).

Como mostra Veiga (1994, pág. 17)

[...] reduzir os desgastes ambientais a simples custos de reposição, ou tentar estima-los por meio de preços fictícios que lhes atribuem as sondagens, equivale a deixar de lado o essencial, uma vez que se trata de estragos nos mecanismos que asseguram a reprodução da biosfera. O fim de uma floresta ou mar, ou de uma espécie não é apenas desaparecimento de um eventual valor mercantil, mas, sobretudo, o fim de determinadas funções em um meio natural.

A busca de um modelo de desenvolvimento implica em uma definição clara de estratégias que reorganizem as relações entre o individual e o coletivo, ou seja, o modelo de capitalismo aplicado é contraditório à sustentabilidade. Mesmo com crescimento zero, continuaria a destruição dos recursos naturais e do meio ambiente. A racionalidade das necessidades sociais terá que substituir a racionalidade econômica do capitalismo, só assim haverá um equilíbrio harmonioso entre sociedade e natureza (SOTO, 2002).

Segundo Altieri (2002), uma notável dificuldade na implantação de uma agricultura sustentável está no fato de que parte das instituições públicas e o mercado têm preconceitos contra esse modelo. A incorporação dos preceitos ecológicos nos sistemas agrícolas é dificultada pela atual estrutura da agricultura empresarial e a organização da pesquisa agrícola, cujo enfoque é o curto prazo e a modificação frequente das tecnologias em uso. É difícil as empresas agrícolas investirem em tecnologias sustentáveis que não proporcionem lucros imediatos.

Os pré-requisitos para o desenvolvimento de uma agricultura sustentável não são apenas biológicos ou técnicos, mas também sociais, econômicos e políticos, ilustrando as exigências necessárias à sociedade sustentável. É inconcebível promover mudanças ecológicas no setor agrícola sem advogar mudanças compatíveis noutras áreas correlacionadas da sociedade. O mais importante pré-requisito da agricultura ecológica é um ser humano evoluído e consciente, cuja atitude com respeito à natureza seja de coexistência e não de exploração (ALTIERI, 2002).

A agricultura familiar é executada com mão de obra ressarcida pelos próprios membros da família. Quanto é produzido fica determinado conforme o tamanho e composição familiar, pela capacidade produtiva da área tanto quanto a dedicação e esforços empregados durante a safra semestral ou anual. Ao mesmo tempo em que a

família é proprietária, ela mesmo assume a responsabilidade por desenvolver as atividades, ou seja, a família está totalmente interligada com a unidade de produção, conseqüentemente, a idealização de preservação do meio ambiente está ligada à lógica produtiva diferentemente a grandes propriedades do agronegócio (MÉDICI, 2009).

Nas unidades de produção familiares, nunca é seguido um padrão de produção, ou seja, é possível unir eficiência, economia e equidade social, sendo características daquilo que se idealiza como preservação ambiental nos preceitos básicos da Constituição Federal e da Política Nacional de Ambiente. Não obstante gerasse uma harmonia entre a capacidade de trabalho, a habilitação fértil da terra e agregação de valor econômico (SANTOS, 2013).

Com a instituição do Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO), em 2012, por meio do Decreto nº7.794, o Brasil apropria-se do compromisso com a consumação e concretização de ações que norteiem o desenvolvimento rural sustentável, tudo isso fomentado pela necessidade da produção de alimentos saudáveis com respeito aos recursos naturais junto a crescente preocupação da sociedade com uma nutrição saudável a curto e longo prazo.

O sistema agrícola convencional emprega o uso de adubos químicos e agrotóxicos em prol de uma produção rápida em larga escala. Na década de 70, com apoio de pacotes econômicos do governo, o Brasil vivenciou a chamada Revolução Verde, onde deixou-se de produzir alimento para consumo e passou-se a comercializar commodities. Assim, os agricultores passaram a lançar em suas culturas altas quantidades de agroquímicos com objetivo de maximizar a produção. Mas devido à grande oferta e desigualdade nos preços, os produtos começam a valer menos.

Gliessman (2000, pág. 34) aponta:

[...] sua produção é maximizada pelo aporte de insumos apropriados, sua eficiência produtiva é aumentada pela manipulação de seus genes, e o solo simplesmente é o meio em que suas raízes ficam ancoradas.

Tudo isso mostra um cenário desolador onde o agricultor fica dependente das multinacionais e, certas vezes, mais endividado. Justificando a falta de mão de obra, o uso excessivo de agroquímicos torna o solo cada vez mais pobre. As plantas ficam com sua nutrição desequilibrada e suscetíveis a doenças, onde o aporte das aplicações torna-se mais constantes e intensos, tornando os agroquímicos mais pujantes sobre as culturas (PENTEADO, 2012). Não obstante, os financiamentos bancários estão atrelados a aprovação mediante a compra de insumos agroquímicos.

3 METODOLOGIA

Neste contexto surge a importância do trabalho do Centro de Apoio e Promoção a Agroecologia (CAPA), que abriu suas portas para a realização deste trabalho, ao qual foi vinculado o requisito para aprovação ao componente curricular de Estágio Obrigatório no curso de Bacharelado em Gestão Ambiental pela Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS), unidade em Erechim.

As atividades desenvolvidas ocorreram no período de 03 de abril a 20 de junho de 2017, acompanhando os técnicos e técnicas do CAPA Erechim nos municípios que possuem certificação orgânica e que são assessorados por esta instituição. Sendo elas: visitas de verificação de conformidade orgânica em unidades de produção familiares (UPFs); tratamentos com homeopatia; sensibilização da importância da manutenção e troca de sementes crioulas; importância da cobertura em canteiros de hortaliças; elaboração do composto de microrganismos eficientes; plantas medicinais; agroindústria familiar de cana de açúcar; exemplos de sucesso com bom manejo e cobertura de solo; visita a um Sistema Agroflorestal (SAF); e a participação no 10º Encontro Ampliado da Rede Ecovida de Agroecologia, evento no qual se estimula a socialização de experiências, informações e técnicas para a produção agroecológica das mais de 4.500 famílias vinculadas a Rede Ecovida. Remetendo a ótica da Gestão Ambiental estas atividades desenvolvidas evidenciaram a importância que unidades de produção familiares têm, com uma visão holística do agroecossistema, observam-se as características próprias de cada região aonde estão inseridas as UPFs visitadas.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 MAPEAMENTO DOS AGRICULTORES CONTEMPLADOS PELO CAPA NÚCLEO ERECHIM/RS

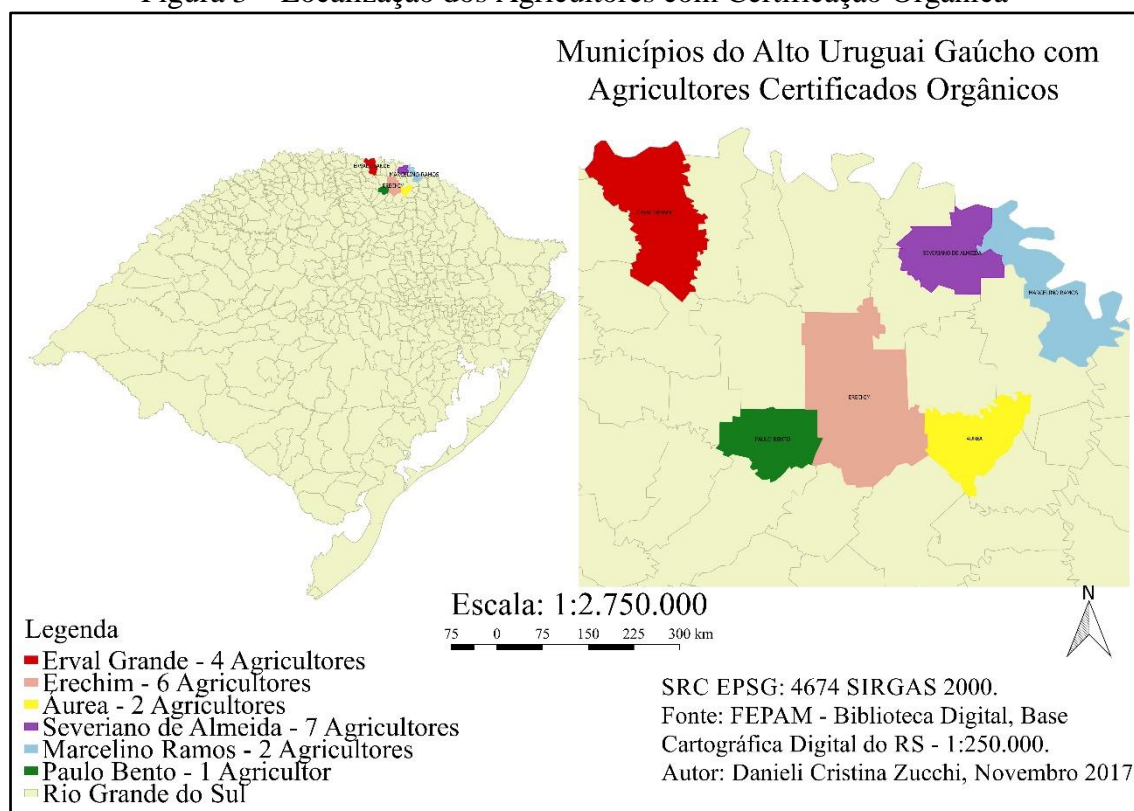
Com 21 grupos de produção agroecológica, o CAPA/Erechim tem a seguinte atuação: Norte e Noroeste do RS com os municípios de Áurea, Centenário, Cristal do Sul, Erechim, Erval Grande, Erval Seco, Florianópolis, Getúlio Vargas, Paulo Bento, Severiano de Almeida e Marcelino Ramos; E Oeste de SC, com os municípios de Alto Bela Vista, Anchieta, Concórdia, Chapecó, Descanso, Guaraciaba, Guarujá do Sul, Palmitos, Saltinho, São Miguel do Oeste e Tunápolis.

Na região acima descrita, os que possuem Certificação Participativa da Rede Ecovida de Agroecologia, assistidos pelo CAPA Erechim – 2014, são: 70 famílias, 7 agroindústrias e 4 cooperativas. Fundada em 1998, a Rede Ecovida veio suprir a necessidade de congregar forças e dar maior consistência política ao movimento agroecológico da agricultura familiar, tendo como missão ser um espaço para articulação, interação e ações que potencializem a agroecologia como um projeto de sociedade que contemple e respeite a realidade de cada local.

4.2 LOCALIZAÇÃO DE AGRICULTORES COM CERTIFICAÇÃO ORGÂNICA

Com auxílio do software Qgis 2.14.17, ferramenta importante para desenvolvimento de trabalhos de Sensoriamento Remoto, foi elaborado um mapa com a localização dos agricultores familiares com certificação orgânica no Alto Uruguai Gaúcho, a Figura 3 traz a ilustração para melhor compreensão dos locais visitados durante o estágio supervisionado obrigatório.

Figura 3 – Localização dos Agricultores com Certificação Orgânica



Fonte: Autora, (2017).

4.3 TIPIFICAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DOS PRODUTOS ORGÂNICOS COM CERTIFICAÇÃO NA CIDADE DE ERECHIM/RS

Em Erechim o CAPA abrange as seguintes feiras municipais com produtores certificados orgânicos: Feira do bairro São Cristóvão com frutas, hortaliças e grãos; no Parque Longines Malinowski com frutas e hortaliças, citros e suco natural; no antigo DAER com frutas e hortaliças; no bairro Parque Livia com frutas e hortaliças; na feira do Centro com grãos e farinha de milho; no bairro Estevão Carraro com hortaliças.

De maneira geral as famílias produzem atualmente mais de 40 variedades de frutas, hortaliças, grãos e legumes diversos, obedecendo o calendário agrícola anual, sendo inclusos doces em conserva, açúcar mascavo e melado de cana, contando também com suco de laranja processado no ato da compra.

4.4 SUCESSÃO FAMILIAR NA PRODUÇÃO ORGÂNICA CERTIFICADA

A sucessão familiar nas UPFs é uma das principais preocupações atuais no campo. Os jovens acabam deixando a agricultura pela dificuldade em obter autonomia com relação aos pais na gestão de sua propriedade rural. Somando a isto, depara-se com a sua condição social e oportunidades de renda, uma vez que não possuem orientação, esclarecimento e preparo para conduzir administrativamente, manejar corretamente e escoar congruentemente sua produção agrícola.

Pode-se afirmar que as ações e políticas públicas contribuem e muito para que o trabalho de assistência aos pequenos agricultores gere de fato a permanência no campo, uma vez que o agricultor necessita de suporte e incentivo para se estabelecer com sucesso no campo agroecológico.

4.5 DIFICULDADES NA MANUTENÇÃO DA CERTIFICAÇÃO ORGÂNICA PARTICIPATIVA

A coordenadora do CAPA/Erechim, Ingrid Margarete Giesel, afirma que há uma renovação de 15% ao ano de agricultores assessorados com certificação orgânica. Ao fazer parte de uma rede que implementa a certificação participativa, o agricultor assume um novo papel, zelar pelo cumprimento das normas técnicas estabelecidas pela rede, ou seja o controle coletivo.

A coordenadora reitera ainda alguns tópicos que contribuem para a saída do sistema de certificação orgânica participativa:

- Falta de esforço para desenvolver atividades de gestão;
- A não participação em cursos e intercâmbios;
- O não registro das etapas necessárias a certificação;
- Falta de persistência e organização dos grupos em promover a real conversão do modo de produção;
- Um agricultor com pouco suporte, conhecimento e incentivo por parte da administração pública;

Embora os custos do Sistema de Certificação Participativa (SPG) sejam menores monetariamente, há o custo indireto da necessidade da participação das atividades, entrave este que acaba lançando o agricultor para fora do sistema de certificação orgânica. Cuidar para que haja respeito as normas faz com que o agricultor se sinta parte indispensável na sua associação.

Aspirar, de fato, à produção orgânica agroecológica, requisita o preenchimento adequado de documentos como o plano de manejo, o caderno de campo e o plano de conversão da produção, tendo em vista a dificuldade em manter estes, o agricultor necessitará de um maior suporte por parte das entidades que lhes assistem, contudo esbarrasse novamente na falta de apoio e recursos necessários que devem advir das administrações públicas municipais.

A Lei dos Orgânicos 10.831 (BRASIL,2003) envolve decretos e instruções normativas sob constante revisão. No Decreto Nº 6.323, de 27 de dezembro de 2007, em seu Art. 7º e 8º aponta para a permissão de produção paralela, uma vez que a cultura/variedade não seja cultivada no sistema orgânico, a matéria prima e outros equipamentos utilizados no sistema orgânico devem ser acondicionados de forma totalmente isolada e apropriada. Constata-se, então, uma fenda na lei para que agricultor não se engaje totalmente nos princípios da produção orgânica agroecológica, sendo isto um fator determinante no processo de dedicação e disseminação do sistema de certificação orgânico participativo.

4.6 OBJETIVOS DO CAPA ATENDIDOS/NÃO ATENDIDOS

Junto ao Organismo Participativo de Avaliação de Conformidade (OPAC) - Rede Ecovida, o CAPA busca alcançar alguns objetivos primaciais:

- Desenvolver e multiplicar iniciativas em agroecologia;
- Estimular o trabalho associativo na produção e consumo de produtos agroecológicos;
- Ter uma marca e um selo que expressam o processo, o compromisso e a qualidade;
- Aproximar de forma solidaria agricultores e consumidores;
- Fomentar o intercambio, o resgate e a valorização do saber popular;

Todavia são variados os reveses na construção dos intuitos citados, que acabam por não atender algumas alíneas, dentre as quais pode-se destacar a mudança na postura e comportamento do agricultor e consumidor, com um sistema de agricultura familiar fragilizado na sua organização, junto a poucos recursos e sem a cultura do associativismo e cooperativismo. Equivalendo assim em uma baixa massificação da produção agroecológica com menor disponibilidade de sementes orgânicas junto a pouca adesão, incentivo e procura dos municípios que deveriam organizar e estimular os seus pequenos agricultores para aderir a agroecologia, posto que a realidade regional mostra que estes representam quase a totalidade de suas populações municipais.

Apesar disso, ainda consegue-se firmar com êxito a aproximação solidaria de agricultores e consumidores, crescendo os espaços agroecológicos de comercialização, contempla-se a construção de amizades, alianças e redes sociais, capazes de se relacionar com o mercado local e regional, envolvendo todos os componentes credenciando oficialmente a multiplicação e a prosperidade da agroecologia.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante o período da pesquisa, um dos impactos mais positivos que pôde ser observado foi, sem dúvida, em relação a mudanças no comportamento e postura do público alvo envolvido nas atividades do Capa Erechim. Em todas as conversas, foram inúmeros depoimentos de como as pessoas, independentemente de raça ou sexo, conseguiram evoluir na sua autoestima aliado ao seu crescimento pessoal, devido ao meio ambiente sadio que o sistema orgânico proporciona. Outro ponto positivo é a frequência

e a intensidade com que as pessoas falam sobre mudanças percebidas em relação ao modelo e à qualidade de vida nos indivíduos e nas famílias. Vale a pena ressaltar que esta avaliação se refere, na maioria dos casos, a mudanças que as pessoas percebem prioritariamente em relação ao bem-estar social e nem tanto a questões econômicas.

Isso está diretamente relacionado ao trabalho desempenhado pelo CAPA, que busca estimular algumas mudanças significativas junto aos agricultores e agricultoras, visando a sensibilização da importância em torno da conservação da biodiversidade, o trabalho de resgate, a recuperação, o melhoramento e a valorização das sementes crioulas. Partindo da análise que a situação das famílias nas últimas décadas era caracterizada pela dependência das sementes híbridas que ocasiona uma erosão genética dramática das sementes tradicionais, tornando-se um dos eixos das atividades do CAPA, como por exemplo os mutirões para produção de semente de milho.

A produção agroecológica é um processo que garante o resgate e a conservação de diferentes formas de vida nos ecossistemas, a biodiversidade é um elemento principal. Também se torna um ideal de vida para as famílias que integram os grupos, valorizando o social, cultural e econômico num projeto de revalorização da terra e da vida. Por sua visão holística, a Agroecologia visa sempre a sustentabilidade ecológica, econômica, social, cultural, política e ética, baseada na pequena propriedade com mão de obra familiar e em sistemas produtivos diversos, adaptados às condições locais e em redes regionais de produção e distribuição de alimentos.

Esta vivência trouxe consigo a certeza de que é por meio da agricultura orgânica de base agroecológica que se fortalece a Agricultura Familiar, melhorando a qualidade de vida no meio rural, efetivando o bem-estar dos agricultores e agricultoras, numa perspectiva apropriada para a realidade do ecossistema local, onde a unidade de produção familiar está inserida, com entendimento de que os agroecossistemas promovem o restabelecimento do equilíbrio natural e o sucesso da sustentabilidade socioeconômica.

É visto que o sistema de produção orgânica se alia a Gestão Ambiental, gerindo benefícios positivos quando observa-se o respeito à biodiversidade dos agroecossistemas em que as UPFs estão inseridas devido ao manutenção das sementes crioulas, que exclui a pequena propriedade de dependência externa quando do fornecimento de suas cultivares. Junto a técnicas de manejo adequadas que não agridem o solo com despejo de agroquímicos, possibilita-se a capacidade de resiliência natural do solo e a diversidade cultivada nele, uma vez que este sistema de produção busca igualar-se à interação natural que ocorre no ecossistema florestal em que a UPF está inserida.

A fidelização dos ideais solidários que são praticados nos instrumentos do sistema participativo de garantia orgânica trabalhado pelo CAPA e pela Rede Ecovida de Agroecologia, despertam nos agricultores e agricultoras a sensibilização ambiental, que acabam por implantar em suas unidades de produção familiares um eficaz Sistema de Gestão Ambiental, gerindo produtividade em consonância com o Meio Ambiente.

Podemos contemplar um cenário promissor a despeito de medidas e políticas públicas, para um padrão de oportunidades de desenvolvimento sustentável. A solidificação de um protótipo de agricultura familiar, com reciprocidade e respaldo ambiental, contemplar-se-á no grau em que os estudos e tecnologias estejam acessíveis para a unidade de produção familiar, viabilizando um uso admissível dos recursos já usufruídos nas UPFs. Cabe ao poder público municipal estimular seus pequenos agricultores a reunirem-se e fidelizarem a otimização de suas áreas com a produção orgânica e sustentável de alimentos, visto que isso possibilitará um aumento no desenvolvimento econômico dos pequenos municípios do Alto Uruguai Gaúcho.

THE PRODUCTION CONTRIBUTION AND ORGANIC CERTIFICATION FOR THE ENVIRONMENTAL MANAGEMENT OF FAMILY PRODUCTION UNITS

ABSTRACT

The large population increase that occurred during the 20th century generated an enormous demand for animal and vegetal products, culminating in an explosion of agricultural and livestock production from the 1950s. The negative reflection of this is the degradation of the soil with the intensive use of agrochemicals and transgenics, land exploration and deforestation, and the inadequate disposal of solid and liquid waste that exceeds the environmental resilience limits. The production of organic food comes as a response to a better distribution of food, respecting the peculiarities of each agroecosystem in which the properties are inserted, recognizing the management that will be necessary to intervene. The importance and justifications for the organic production of food bring benefits to the health of producers and consumers, thus reducing contamination of the environment, preserving ecosystems and maintaining the genetic wealth of the seeds and eliminating dependence on external inputs. In this study, the data obtained from the obligatory curricular traineeship report at the Agroecology Support and Promotion Center (CAPA) Erechim / RS, analyzed the organic production and certification process in family agriculture in the northern region of Rio Grande do Sul. The contemplated farmers and their main crops were identified and the contributions that organic agriculture offered to Environmental Management were identified, since it generates positive benefits when observing the sustainability and respect for the biodiversity of the agroecosystems in which the Family Production Units are inserted .

Keywords: Organic Food, Family Agriculture, Environmental Management.

REFERÊNCIAS

ALTIERI, Miguel. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. 4.ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004. Disponível em: <https://www.socla.co/wp-content/uploads/2014/Agroecologia-Altieri-Portugues.pdf>. Acesso em: 04 Abr. 2017.

_____. **Agroecologia – Bases Científicas para uma agricultura sustentável**. 1ª eds. Guaíba: Editora Agropecuária, 2002.

_____. **Agroecologia – Bases Científicas para uma agricultura sustentável**. 3ª eds. Revista e Ampliada. São Paulo: Editora Expressão Popular. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2012.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para assuntos jurídicos. **Decreto nº 7.794**, de 20 de agosto de 2012. Institui a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/decreto/d7794.htm. Acesso em: 06 Set. 2017.

_____. Lei Nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003. **Dispõe sobre a agricultura orgânica e dá outras providências**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.831.htm. Acesso em: 06 Set. 2017.

BUCHWEITZ, Suzanne; MENEZES, Paulino. **O tempo compartilhado: 25 anos do CAPA**. Porto Alegre/RS, Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor, 2003.

CAPA. Centro de Apoio e promoção da agroecologia. **A gente pega junto: protagonismo na agricultura familiar** / Hans-Ullrich Ide. – Porto Alegre: [s.n.], 2008. 116 p. Disponível em: <http://www.capa.org.br/digishop/a-gente-pega-junto/>. Acesso em: 29 Mar. 2017.

ECOLÓGICO, Centro. Assessoria e Formação em Agricultura Ecológica. **Sistema Participativo de Garantia – Simplificando seu entendimento**. Primavera de 2014. Disponível em: http://www.centroecologico.org.br/cartilhas/Cartilha_SPG_web.pdf. Acesso em: 29 Mar. 2017.

GLIESSMAN, Stephen R. **Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável**. Porto Alegre: UFRGS, 2000.

GLIESSMAN, Stephen R. **Agroecologia - Processos ecológicos em agricultura sustentável**. 4. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2009.

IBGE INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA **Censo Agropecuário 2006. Resultados Preliminares**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/2006/>. Acesso em: 04 Abr. 2017.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. **O mercado de orgânicos no Paraná: Caracterização e tendências**. Curitiba, 2007.

MÉDICI, Alberto. **Família na agricultura: indivíduos, projetos, pequena empresa e competitividade**. Revista Ciência em Extensão, v. 5, n. 2, 2009.

MDA, Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Programa de sementes e mudas fortalece agricultura familiar**. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/noticias/programa-de-sementes-e-mudas-fortalece-agricultura-familiar>. Acesso em: 29 Jun. 2017.

PENTEADO, Silvio. Roberto. **Implantação do cultivo orgânico: planejamento e plantio**. 2. ed. Campinas: Via Orgânica, 2012.

SANTOS, Cristiane. Fernandes. **Diagnóstico da agricultura familiar no município de Janduí/RN: perspectiva social, econômica e ambiental**. Dissertação (Mestrado em Ambiente, Tecnologia e Sociedade). Universidade Federal Rural do Semiárido. Mossoró: 2013. Disponível em: <https://ppgats.ufersa.edu.br/wp-content/uploads/sites/47/2014/09/SANTOS-C.F.-Diagn%C3%B3stico-da-Agricultura-Familiar.pdf>. Acesso em: 31 ago. 2017.

REDE ECOVIDA DE AGROECOLOGIA. **Agroecologia e Agricultura familiar**. Publicação – Ano IV – Nº 4 – Setembro, 2001.

REVISTA BRASILEIRA DE AGROECOLOGIA. **A experiência da REDE ECOVIDA DE AGROECOLOGIA no sul do Brasil**. Luiz Carlos Rebelatto dos Santos. Artigo do V Congresso Brasileiro de Agroecologia. Out. 2007 Vol.2 Nº.2. Disponível em: http://facesdobrasil.org.br/articles/0029/9956/Anexo_P34_Luis_Rebelatto_-_Rede_Ecovida.pdf. Acesso em: 29 Jun. 2017.

SOTO, William Héctor Gómez. **Desenvolvimento Sustentável, Agricultura e Capitalismo**. Desenvolvimento sustentável: necessidade e/ou possibilidades? Dinizar Fermiano Becker. 4 ed. – Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2002.

VEIGA, José Eli da. **Problemas da transição à agricultura sustentável**. Estudos Econômicos, São Paulo, V.24 – Numero especial, 1994. Disponível em: http://www.zeeli.pro.br/wp-content/uploads/2012/06/Problemas_da_transicao_a_agricultura_sustentavel.pdf. Acesso em: 04 Abr. 2017.